

THAÍS GOVEIA PASCOALOTO VENTURI

***RESPONSABILIDADE CIVIL
PREVENTIVA***

*A Proteção contra a Violação dos Direitos
e a Tutela Inibitória Material*

**≡ ≡ MALHEIROS
≡ ≡ EDITORES**

RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA
A Proteção contra a Violação dos Direitos
e a Tutela Inibitória Material

© THAÍS GOVEIA PASCOALOTO VENTURI

ISBN 978-85-392-0211-9

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3078-7205 Fax: (0xx11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição
PC Editorial Ltda.

Capa:
Criação: Vânia Lúcia Amato
Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
01-2014

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| <i>Apresentação</i> (Professor Dr. FERNANDO BORGES ARAÚJO) | 7 |
| <i>Nota da Autora</i> | 17 |
| <i>Introdução</i> | 25 |
| | |
| <i>I – A Crise da Responsabilidade Civil</i> | 41 |
| 1. Noções introdutórias | |
| 1.1 <i>O direito da responsabilidade civil: a transição paradigmática de seus fundamentos</i> | 42 |
| 2. Da responsabilidade civil repressiva do ofensor ao “direito de danos” | 53 |
| 3. As atuais funções da responsabilidade civil: problemas e perspectivas | 67 |
| 3.1 <i>Os problemas inerentes à regra da equivalência na aplicação do princípio da restitutio in integrum</i> | 77 |
| 4. O surgimento da responsabilidade civil preventiva | 86 |
| | |
| <i>II – A Tutela dos Direitos e a Responsabilidade Civil Preventiva</i> | |
| 1. A responsabilidade civil fundada na necessidade de proteção tanto repressiva como preventiva dos direitos | 91 |
| 1.1 <i>O surgimento dos chamados “novos danos”</i> | 100 |
| 2. A vinculação e a incidência da aplicação dos direitos fundamentais sobre o direito privado | 108 |
| 2.1 <i>A responsabilidade civil preventiva e a tutela adequada dos direitos da personalidade</i> | 115 |
| 2.2 <i>A responsabilidade civil preventiva e a tutela adequada dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos</i> | 122 |

3. *Os sistemas de reparação específica e de reparação genérica dos danos transindividuais no Brasil: a técnica da reparação in natura e a técnica da indenização pecuniária pelo equivalente, em benefício de Fundos Reparatórios* 127
 - 3.1 *O instituto da fluid recovery (art. 100 do CDC) e o enriquecimento ilícito do demandado* 135

III – Análise Econômica do Direito e a Responsabilidade Civil Preventiva

1. *A Análise Econômica do Direito: premissas introdutórias* 141
2. *A Análise Econômica do Direito: o problema dos paradigmas e a suposta neutralidade instrumental* 148
3. *A Análise Econômica do Direito e o sistema brasileiro de justiça* 160
4. *A análise econômica da responsabilidade civil* 172
5. *Responsabilidade civil e regulação pública sob o prisma da análise econômica* 184

IV – A Refundamentação da Responsabilidade Civil pela Prevenção

1. *A releitura conceitual da responsabilidade e de seus elementos*
 - 1.1 *A responsabilidade civil preventiva a partir da releitura do próprio conceito de responsabilidade* 194
 - 1.2 *A confusão entre responsabilidade, ilicitude, dano e dever de reparação* 202
 - 1.2.1 *Ilicitude e culpabilidade* 204
 - 1.2.2 *A confusão entre ilicitude e dano* 208
 - 1.2.3 *A ilicitude no direito civil brasileiro* 212
2. *A internalização da prevenção no direito da responsabilidade civil*
 - 2.1 *A prevenção e a responsabilidade civil extracontratual* 216
 - 2.2 *A responsabilidade civil preventiva no campo das relações obrigacionais negociais* 221
 - 2.2.1 *A relação obrigacional compreendida como “processo”* 224
 - 2.2.2 *A relação de cooperação* 227
 - 2.2.3 *Cláusula geral da boa-fé* 229
 - 2.3 *A responsabilidade civil preventiva na perspectiva da obrigação como processo, fundada no adimplemento de deveres jurídicos* 234
 - 2.4 *A internalização da prevenção diante da tendência de unificação dos regimes de responsabilidade civil contratual e extracontratual* 241

| | |
|---|-----|
| 3. <i>Os princípios da prevenção e da precaução: a refundamentação da responsabilidade civil determinada pela mutação qualitativa e quantitativa dos danos e pela verificação dos riscos concretos ou abstratos de sua ocorrência</i> | 246 |
| <i>V – A Responsabilidade Civil Preventiva e a Tutela Inibitória</i> | 269 |
| 1. <i>A tutela inibitória processual</i> | 271 |
| 2. <i>A tutela inibitória material</i> | 281 |
| 3. <i>Mecanismos inibitórios materiais</i> | |
| 3.1 <i>A garantia do exercício da autotutela para a proteção dos direitos fundamentais no Brasil</i> | 285 |
| 3.1.1 <i>A autotutela no redimensionamento da responsabilidade civil e as despesas preventivas</i> | 296 |
| 3.2 <i>A imputação da responsabilidade civil objetiva e a redefinição do nexo causal como técnicas de tutela inibitória material</i> | 304 |
| 3.3 <i>Instrumentos sancionatórios: as multas civis, o agravamento das reparações e a função punitivo-pedagógica da responsabilidade civil</i> | |
| 3.3.1 <i>A concepção de “sanção”. Mecanismos sancionatórios e sanção em sentido estrito</i> | 318 |
| 3.3.2 <i>A responsabilidade civil preventiva por meio da implementação de um sistema de multas civis</i> | 324 |
| 3.3.3 <i>A utilização do mecanismo sancionatório das multas civis no Direito Brasileiro</i> | 332 |
| 3.3.4 <i>Os mecanismos da reparação e da multa civil e a dissuasão da violação dos direitos</i> | 338 |
| 3.4 <i>O caráter punitivo-pedagógico da responsabilidade civil como forma de prevenção da violação dos direitos</i> | 344 |
| 3.4.1 <i>A criação de multas civis contra a violação dos direitos fundamentais e transindividuais: transposição adaptada do modelo das punitive damages para o sistema de justiça brasileiro</i> | 349 |
| <i>Conclusões</i> | 361 |
| <i>Referências Bibliográficas</i> | 369 |